

**HISTÓRIA E DEFINIÇÃO DE FILOLOGIA
DISCIPLINA OBRIGATÓRIA PARA “LETRADOS”**

Érica Santos Soares de Freitas (USP/PUC-Minas/UFF)
ericafreitas@usp.br

Há tempos necessitava-se de um curso de especialização em filologia para estudantes de letras brasileiros, não somente pela falta de desenvolvimento desta área nas faculdades de letras no Brasil, mas também devido a ausência de cursos de especialização em filologia a fim de se formarem profissionais para o magistério superior. Conforme Pereira (2005), idealizador do curso, é insuficiente o número de filólogos nos quadros docentes das Universidades brasileiras, portanto é mister a formação desses profissionais a fim de se suprirem necessidades básicas e fundamentais para que um bom curso de letras possa se desenvolver e formar professores.

Como a criação deste ficou em projetos por muitos anos, sem que as universidades abrissem suas portas para seu desenvolvimento, o professor José Pereira da Silva planejou o curso para ser realizado à distância: a primeira tentativa foi pela oferta a universidades públicas do Rio de Janeiro, por meio do Consórcio Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), sem sucesso.

Em 2009, o curso de filologia à distância toma corpo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a fim de preparar professores para o ensino superior não somente em filologia, mas em outras áreas afins: crítica textual, ecdótica, gramática histórica, história da língua portuguesa, filologia brasileira e românica, além de oportunizar a profissionais de outras áreas, como biblioteconomia, documentação, editoração, jornalismo etc. Seus objetivos voltaram-se para o aperfeiçoamento de estudantes de letras que objetivem o ensino superior, mas especificamente para as áreas filológicas (portuguesa e românica), diacrônicas (morfologia, sintaxe, lexicologia), crítica textual (ecdótica), história interna e externa da língua portuguesa e das línguas românicas.

Com coordenação do professor Pereira, o corpo docente foi composto por sete professores, que ministraram as respectivas disciplinas, a saber: professora Maria Lúcia Mexias-Simon – “história e definição de filologia”; professora Celina Márcia de Sousa Abade – “crítica textual”; professor Bruno Fregni Bassetto – “filologia românica” e “latim: origem

das línguas românicas”; professor José Mário Botelho – “gramática histórica da língua portuguesa”; professora Mirian Therezinha da Matta Machado – “geografia linguística”; professora Júnia de Moraes Lage e Silva – “metodologia da pesquisa e elaboração de projetos”; professor José Pereira da Silva – “história da língua portuguesa”.

O curso contou também com dois tutores à distância durante o curso, somente para esclarecimentos burocráticos e administrativos, o que dificultou o desenvolvimento do conteúdo por grande parte dos alunos, gerando uma evasão. A interatividade entre o professor, o tutor e os alunos é um determinante essencial para o êxito de um curso com foco no aluno, seja ele presencial ou por meio de EaD em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Para que haja um bom desenvolvimento de um determinado curso, é essencial planejá-lo, principalmente em direção de quem irá cursá-lo, não o contrário: o aluno não deve se adequar ao curso pretendido. Apesar de ter sido disponibilizado à distância, e a instituição possuir várias ferramentas e recursos tecnológicos para um excelente aproveitamento por parte discente e docente, estas foram subutilizadas em favor de atividades individuais assíncronas (relatórios de leitura, resumos críticos etc.) e avaliações presenciais, ou seja, a educação presencial foi adaptada para a educação a distância.

Todas as disciplinas foram avaliadas em 40% no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por meio de atividades enviadas e/ou participativas, pontuadas segundo critérios dos docentes de cada uma, e 60% por meio de avaliações presenciais, anuais (três disciplinas por evento), em alguns locais do território nacional agendados com antecedência, visto o curso não possuir pólos de atendimento presencial. Cada avaliação possuía cinco questões acerca do conteúdo trabalhado nas atividades e o aluno escolhia três para responder.

Caso as atividades virtuais fossem enviadas com antecedência, poderiam ser vistas pelo professor responsável pela disciplina e devolvida com apontamentos, a fim de que o discente a desenvolvesse melhor e obtivesse um rendimento mais aproveitável; já as atividades presenciais tiveram uma segunda avaliação (recuperação) somente ao final do curso (2011), junto com a apresentação do trabalho final, realizado também virtualmente com o orientador sendo um professor do curso, mas não essencialmente quem o avaliou ao final.

Para a inauguração do curso, a primeira disciplina ofertada foi a da profa. Dra. Maria Lúcia Mexias-Simon – “história e definição de filo-

logia”; apesar de não possuir experiência em cursos a distância, soube promover uma reflexão e estudo acerca do conteúdo disponibilizado. Por meio do estudo de uma apostila¹ (MEXIAS-SIMON, 2009) que o aluno deveria acessar no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), deveria responder 15 questões (Anexo 1) e enviá-las para correção e avaliação da professora. Única disciplina em que houve a oportunidade de feitura do trabalho em dupla, percebeu-se não somente um despreparo pelos discentes em pesquisarem e refletirem sobre os temas abordados, mas também em serem autônomos. Houve bastante reclamação em relação aos prazos e ao conteúdo abordado, desde alunos que tomavam “filologia” por “interpretação de texto” somente (área literária), como também aqueles que esperavam por algo mais “filosófico”.

A apostila desenvolvida pela professora procurou abordar conceitos bastante abrangentes para que o aluno tomasse ciência dos conteúdos que seriam estudados durante o curso nas outras disciplinas: o conceito de filologia; a metodologia em filologia; as fases históricas da filologia; a filologia na Antiguidade; a filologia na Idade Média; a filologia Moderna. Em sua ementa, apontou a conceituação de filologia e de filologia românica; histórico dos estudos filológicos da Antiguidade aos nossos dias; e as relações entre a filologia e a linguística, cujos objetivos eram promover ao aluno a capacidade de: apresentar um conceito satisfatório, que pode ser de própria autoria, sobre filologia românica; conhecer as principais escolas de estudos filológicos, sobretudo na romanística, comparando-as e observando sua evolução; e estabelecer paralelos entre estudos linguísticos e estudos filológicos. Ainda neste material didático, a professora disponibilizou um trecho do texto “Famigerado”, de Guimarães Rosa, e do livro ‘linguagem, escrita e poder’, de M. Gnerre, a fim de o aluno estabelecer análises e comparações sobre o contexto abordado.

O trabalho realizado pela pesquisadora foi bastante profícuo; realizado em dupla, houve bastante reflexão devido às alunas (Érica S. S. De Freitas e Erika Gimenez Barbuglio) serem amigas, morarem na mesma cidade e, por isso, terem se encontrado presencialmente para a realização da atividade, terem estudado juntas durante a graduação do curso de letras, na Universidade de São Paulo, terem verdadeira paixão pelos estudos filológicos e, principalmente, terem proximidade com os conceitos apresentados, com vasto material bibliográfico para complementarem a

¹ Devido à apostila ter 55 páginas, não a anexamos neste artigo. O texto pode ser visto conforme indicação nas referências bibliográficas.

pesquisa. O trabalho realizado e obtido conceito máximo está apresentado no Anexo 2, ao final deste artigo.

Para que ocorra um curso à distância, utilizam-se diversos recursos técnicos e tecnológicos, recursos estes muitas vezes desconhecidos por parte discente, como ocorrido no curso de especialização em filologia promovido pela PUC Minas. A instituição promotora de tal curso deve organizar o suporte ao aluno, instrumentalizando-o antecipadamente, para que este possa se tornar autônomo e consiga desenvolver suas atividades com o devido suporte. O professor, além do tutor, deverá ter habilidade no uso das TICs, pois só assim poderá utilizar ferramentas que promovam interação, visto que as possibilidades tecnológicas existentes na atualidade garantem o oferecimento de cursos a distância com o uso de diversas mídias ao mesmo tempo. São textos, vídeos, animações, fotos etc.; articulados e disponibilizados organicamente em ambientes virtuais, na Internet (KENSKI, 2006, p. 7-8). Para se conseguir uma fluidez dessa interatividade, a avaliação diagnóstica é imprescindível para a implantação e implementação de um curso, a fim de se conhecer o aluno. Em relação ao curso descrito, a autonomia discente relacionou-se diretamente ao conhecimento de uso das TICs, para desenvolver o conteúdo pretendido sem prejuízo, por exemplo, pela falta de conhecimento tecnológico. “É por este motivo que a mediação tem como objetivo maior a mesma proposta do processo educacional: o da transformação” (KROPP, 2009). Como a interação entre professor/aluno ocorreu de forma tímida, e entre tutor/aluno não ocorreu além de ocorrências administrativas e burocráticas, o discente teve bastante dificuldade em se tornar autônomo e perceber essa modalidade de ensino distinta da presencial, tradicional.

A qualidade de um curso deve ser construída a partir do planejamento de atividades que desenvolvam a construção do conhecimento discente. A professora Maria Lúcia Mexias-Simons obteve esse resultado, visto que preparou um material de apoio para que o aluno pudesse não somente absorver o conteúdo, mas refletir sobre ele, não sendo um simples receptor de materiais didáticos e realizador de tarefas que não possuam objetivos específicos. A disciplina foi pensada e aplicada com fins de promoção de um efetivo diálogo entre docente e discente, contudo o aluno precisava ser autônomo e independente para planejar o desenvolvimento de suas atividades de modo satisfatório.

A interação, a partir disso, tornou-se concreta, real; segundo Moran, o discurso deve ser “franco, objetivo, participativo” (MORAN, 2007, p. 3). Para ele, o que o “outro” faz irá repercutir em todos, ajudando-os a pensarem, modificando-os:

Há graus diferentes de interação real e de comunicação, mas o importante é essa atitude de busca, de querer comunicar-se, de trocar, crescer, de sair de onde estamos. É essa a verdadeira interação, comunicação, onde não há jogos rituais, nem jogos de poder, mas atitudes de comunicação honesta, crescente e dinâmica. (*Ibidem*, p. 3).

A partir da interação realizada, redefiniu-se o relacionamento estabelecido entre professor-aluno: o docente deixou de ter um papel onipotente e onisciente e o material pedagógico (apostilas, livros) transformou-se em ferramentas didáticas mais amplas; a acessibilidade às informações tornou-se parte do projeto pedagógico, com escolha livre aos alunos, que também foram criadores de conteúdo.

Essa é a finalidade da educação: tornar o aluno autônomo, a fim de buscar seu próprio conhecimento. Para isso, o condutor desse processo deve assumir papéis que concebam e organizem conteúdos e atividades; deve, ainda, facilitar e liderar o grupo de alunos, ensinar e instruir o uso de conteúdos não só científicos, mas também tecnológicos. Assim, será mais fácil obter a competência e a motivação dos alunos, que provavelmente apresentarão melhores resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KENSKI, V. Gestão e uso das mídias em projetos de educação a distância. *Revista ECurriculum*, São Paulo v. 1, n. 1, dez/jul 2005-2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/766/76610106.pdf>. Acesso em: 13-08-2011.

KROPP, S. E. Educação, mediação e autonomia do aluno: o amadurecimento através da aprendizagem mediada. *Artigonal – Diretório de artigos gratuitos*. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-mediacao-e-autonomia-do-aluno-o-amadurecimento-atraves-da-aprendizagem-mediada-1116165.html>. Acesso em: 12-08-2011.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia. Semântica e pragmática. *VII Semana Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio: UERJ, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viisenefil/10.htm>. Acesso em: 25-06-2009.

_____. *Filologia*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2009. Disponível em: http://ead04.virtual.pucminas.br/conteudo/chum/h2c0009a/03_orient_con

[teudo/1/centro_recursos/documentos/filologia.pdf](#). Acesso em: 22-08-2011.

MORAN, J. M. As muitas formas de comunicarmo-nos. In: _____. *Desafios na comunicação pessoal*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, J. P. Um curso de pós-graduação em filologia a distância. In: *Anais da IV Jornada Nacional de Filologia*. A Filologia de ontem, de Hoje e de Amanhã. Universidade de São Paulo/Cifefil, 2005.

ANEXO 1

Questões a serem respondidas

- 1) As definições apresentadas de Filologia correspondem à ideia que você tinha, internalizada, desse ramo do saber?
- 2) Correspondem à ideia que o leigo possui a esse respeito?
- 3) Nos estudos filológicos e linguísticos há superposição? Há colaboração?
- 4) Em que o movimento renascentista modificou os estudos da linguagem?
- 5) Idem quanto ao movimento romântico.
- 6) É possível aproximar a teoria de Darwin aos estudos da linguagem? Em caso afirmativo, qual a relação entre tais estudos?
- 7) Faça um paralelo entre a corrente idealista e a corrente chamado dos 'neogramáticos.
- 8) Para alguns estudiosos, as modificações linguísticas ocorrem somente por leis fonéticas ou por analogia. É uma visão reducionista? Que outros fatores podem ocasionar mudanças linguísticas?
- 9) Há relação entre estudos estilísticos e estudos filológicos?
- 10) Que diferença traçam os autores mencionados entre 'língua' e 'dialeto'? Nos dias de hoje, prevalecem distinções entre esses termos?
- 11) Uma inovação linguística é um progresso ou uma deturpação?
- 12) Faça com um grupo uma associação semelhante a aqui apresentada em relação a 'ensinamento'. Sugestões: educação, ferroviário, cafezal. Mencione os resultados.

- 13) Idem, de forma semelhante à palavra ‘boi’. Sugestões: árvore, casa, pão.
- 14) No texto ‘Famigerado’ de Guimarães Rosa, apresenta-se uma palavra que traz em si uma conotação não justificada pela etimologia. Você conhece outros casos de palavras em que ocorre o mesmo fenômeno? (Quer dizer, parece algo, mas etimologicamente tem outro significado muito diverso – etimologia = palavra verdadeira, *verbum*).
- 15) Escolha três assertivas extraídas da obra *Linguagem, escrita e poder*, de M. Gnerre; classifique-as com falsas ou verdadeiras, apresentando as razões para tal classificação.

ANEXO 2

Respostas de Érica Santos Soares de Freitas e Erika Gimenez Barglio, com indicação das referências bibliográficas pesquisadas

1) Sim, as definições apresentadas sobre filologia nos textos indicados eram semelhantes às que já havíamos adquirido em cursos, no final da década de 90, de filologia românica (I e II) com o prof. Bruno Bassetto, além de outros cursos, como gramática histórica da língua portuguesa, com o prof. Osvaldo Ceschin, morfologia e sintaxe histórica da língua portuguesa, com a profa. Íris Gardino, todos optativos da graduação em letras da FFLCH-USP, onde nos formamos. É relevante informar que o curso de filologia, hoje obrigatório o de língua portuguesa, na época era de difícil acesso e poucos alunos optavam por cursá-lo, visto como um curso extremamente cansativo e “pesado”, por ter informações demais. Na verdade, naquela época a área estava bastante desvalorizada; o curso optativo de filologia portuguesa, por exemplo, era somente um curso de transcrição de documentos (quase uma crítica textual), sem nenhuma análise. Após o lançamento do livro *Elementos de Filologia Românica*, de Bassetto (2001), a faculdade retomou um pouco seu olhar para a área, visto que este professor era o único existente! Em seu prefácio, ele indica o antigo prestígio da filologia e pretende, com o livro, resgatar seu valor, então desgastado, e redefinir o termo, dada a sua evidente opacidade. Hoje, reestruturado e com novos professores, como o professor Mário Eduardo Viaro, professor Luís Antônio Lindo e professora Valéria Gil Condé, a área filológica tomou rumos diferentes, apresentando muito mais cultura e história da língua como prova de suas alterações. Em nos-

sa opinião, o curso é vital para quem deseja estudar e, principalmente como os grandes filólogos indicam, essencial para quem aspira à carreira de docência, dada a filologia explicar o *fato* linguístico, e não o impor, como faz a gramática normativa.

2) O leigo, no sentido de ser uma pessoa estranha ou com pouca familiaridade sobre estudos de linguagem, não tem, em geral, noção do que significa “filologia”. Além disso, aqueles que, por esta definição, não seriam leigos, também o são, visto que muitos estudantes de letras (incluem-se vários amigos docentes) não sabem o que estudamos: filologia, devido à desvalorização desta ciência se comparada à linguística, seja qual for (gerativa, histórica etc.). Muitos a confundem com “filosofia”, outros por algum ramo desta ciência, alguns já chegaram a compará-la com “psicologia”! A tarefa de definir o termo é bastante difícil; há tantas vozes conceituando-o, e a falta de univocidade confunde quem não é iniciado nas letras. Como já vimos, o filólogo, ou “amigo da palavra”, é muito mais do que informa seu significado etimológico.

3) Em nosso entendimento, a linguística é um dos suportes para os estudos filológicos, assim como a história, a geografia, a paleontologia, a arqueologia, a mitologia, entre outros, e num conjunto de intersecção, está inserida num maior: a filologia. Dentre os autores indicados no texto, e outros que já tivemos bastante contato, há aqueles que acreditam que linguística histórica/diacrônica e filologia são sinônimos; outros, porém, contradizem-se; no capítulo I do texto para leitura, Serafim da Silva Neto (1951) indica que a linguística específica é o mesmo que filologia. Já em seu texto introdutório como paraninfo da posse de cátedra de Gladstone Chaves de Melo, na Academia Brasileira de Filologia, diz que se deve distinguir entre linguística e filologia. Para ele, o objeto desta é estabelecer, explicar e comentar textos, exigindo larga e vasta soma de conhecimentos e grande acuidade mental; já aquela é o estudo de uma língua específica como produto histórico-social realizado de mil maneiras, que constituem objeto de igual interesse ao linguista (NETO e MELO, 1951).

4) A retomada dos modelos greco-latinos na Renascença jogou os holofotes, além nas já conhecidas artes (pintura, escultura), também na linguagem. Houve um culto de valorização à antiguidade clássica, buscando os antigos manuscritos, muitos apócrifos outros autênticos, a fim de torná-los modelos a serem estudados. Simultaneamente, houve uma nacionalização das línguas populares, as vulgatas, na busca de elevar a língua do povo à nação, vendo os romances como língua ou dialetos, e

não mais como um “latim errado”, originando suas gramáticas. Conforme Bassetto (2001), surgiram, nessa época, grandes filólogos, com edições críticas não superadas até o momento.

5) Por meio dos estudos de Franz Bopp (1989), o parentesco entre o sânscrito e as línguas europeias, já patente, mostra que as relações de cognação entre as línguas “podiam torna-se matéria de uma ciência autônoma” (BOPP, 1989). Após isso, abriu-se o campo do método histórico-comparativo entre as línguas, tornando o estudo da linguagem sistemático. Havia duas escolas voltadas ao estudo do mito: uma, dos irmãos Grimm (1936), em que relaciona a linguagem e o mito, desenvolvendo um trabalho histórico e filológico; outra, antropológica inglesa, com Tylor (1946) e outros, que se debruçam sobre a etnografia comparatista. Ou seja, aparentemente, é uma busca das origens, com o objetivo de se afirmar cada nacionalidade. Para a filologia, com a descoberta do sânscrito e das línguas indo-europeias, determinou-se o *terminus a quo*.

6) Os neogramáticos atribuíram a evolução histórica das línguas a determinadas leis fonéticas, regulares e imutáveis, pelas quais seria possível reconstruir as formas originais. Embora haja limitações dessa perspectiva, seu método e suas técnicas influenciaram os linguistas posteriores (século XX), já que compreendiam a língua como um organismo vivo, que nasce, desenvolve-se e morre, com base nas teorias evolucionistas de Charles Darwin. Trata-se de um enfoque restrito dos estudos linguísticos, dada a supervalorização na fonética e aspectos psicológicos da linguagem, em detrimento da morfologia, semântica, sintaxe etc.

7) Para a corrente idealista, a linguagem é uma recriação instantânea de cada falante, visto que a posição central da subjetividade é fundamental. Seu principal teórico, Karl Vossler, importa-se muito com o caráter social da linguagem, e acredita que existam tantas línguas quantos indivíduos. Já para os neogramáticos, a linguagem é uma realização dada sob a ação de duas forças: física (fonética) e psicológica, ou seja, não há intuição e transformação do falante.

8) Se as modificações linguísticas ocorressem somente por leis fonéticas ou por analogia, não teríamos, por exemplo, a estilística. É uma visão totalmente reducionista, visto que nela não se considera sequer derivações semânticas, morfológicas ou sintáticas da linguagem, as quais não ocorrem somente por analogias, mas se originam no próprio desenvolvimento orgânico da língua, viva.

9) Sim, há bastante relação entre estudos estilísticos e filológicos. Por exemplo, a profa. Elis Caretta, da FFLCH-USP, em sua tese de doutorado (2000), estudou, entre vários aspectos estilísticos de Carlos Drummond de Andrade, a sufixação criada por este na base primitiva da palavra chuva, no poema *Caso Pluvioso*: chubar, chuveirar, chuvadeira, chuvadonha, chuvinhenta, chuvil, chuvência, chuvarada, chuveirão, chuvado, chuvisco. Indica, por meio da semântica dos sufixos, e não da base, a expressividade dada pelo autor a cada situação por ele poetizada, mostrando que as criações lexicais estilísticas comportam-se de maneira diferente das demais criações “normais” da língua portuguesa, pois apresentam um valor semântico apenas nesse contexto. Entretanto, Bally, como positivista, procura investigar os recursos da língua e não do escritor, devido à sua compreensão de que o indivíduo ao falar não cria linguagem, ou seja, ele usa o código linguístico que a comunidade lhe impôs. Para a Filologia, essa posição não é a ideal, como nos informa Damaso Alonso: é impossível afastar a língua literária da coloquial. Elisa Richter também é da mesma opinião: não há independência entre gramática e estilo. E para Serafim da Silva Neto (1951), a distinção entre “língua” e “estilo” tem as raízes na clássica dicotomia de Saussure: *langue* (sistema) e *parole* (educação da *langue*, com caráter psicológico).

10) A diferença entre língua e dialeto, não só dos autores mencionados, como também de muitos outros, é de status: a língua (ou línguas) oficial de uma nação é vista realmente como língua, enquanto a manifestação linguística de uma comunidade, não oficial, é reconhecida como dialeto. Atualmente, em termos de estudos de linguagem, não há distinções entre os termos, já que os dialetos não pertencem a uma língua – eles são uma língua. Contudo, politicamente, os dialetos são configurados como tais, e dependendo do local, vistos como deturpações linguísticas, com conotações pejorativas, principalmente sob a perspectiva dos estratos sociais – variantes linguísticas; há a língua como sistema e a língua como instituição, dividida em dialeto, que varia de acordo com o usuário, e registro, modificado de acordo com o uso.

11) Conforme indicado no texto, Coseriu informa-nos que toda língua traz em si a possibilidade de mudança, ou seja, suas alterações não são deturpações, nem progressos. Se há essa possibilidade provocada por determinada condição, seja ela política, social, histórica, a língua irá mudar, porque é viva, dinâmica, e sempre se adapta ao seu princípio básico: comunicar-se. Logo, podemos até considerar um progresso, no sentido lato da palavra, já que as alterações não ocorrem somente por influências

externas (decalques, barbarismos, anglicismos, galicismos etc.), mas principalmente por mecanismos internos. Na linguagem política, toda semana há um termo novo, a fim de que seja compreendido um termo, quase como uma gíria – por exemplo; valerioduto, termo que resume toda a corrupção da CPI do mensalão (outro termo). É mister lembrar que embora as variações, por serem contínuas, podem até ser previstas, como apresentou a lei de Grimm, aperfeiçoada pela lei de Verner (baseadas na fonética), muitas vezes podem “cair” em falsas etimologias. Nessas evoluções linguísticas, o princípio básico é a “lei do menor esforço”.

12) Para fazermos as associações semelhantes à palavra ensino, indicadas no texto, pensamos nos aspectos apresentados e chegamos às seguintes conclusões:

– associação semântica: palavras com relações de sentido parecidas (sinônimas) ou com relações co-hiponímicas, relacionadas a um heterônimo – termo cuja significação, conforme Dubois (2001), inclui o sentido ou sentidos de um ou de diversos termos, chamados hipônimos. “A hiponímia estabelece uma relação de implicação unilateral (...). Da mesma forma, a existência de co-hipônimos de um termo superordenado permite estabelecer a hierarquia” (DUBOIS, 2001, p. 324). Por exemplo: se rosa é uma flor, cravo também é uma flor, e crisântemo outra flor, todas essas flores são co-hipônimas entre si, e hipônimas de flor.

No primeiro exemplo, fizemos uma relação de quase sinonímia; já no segundo e terceiro exemplos, uma relação de co-hiponímia, a partir de um heterônimo – meio de transporte e plantação/coletivo, respectivamente;

– associação morfossintática: palavras derivadas de uma mesma base, cognatos;

– associação fonética: palavras com relações paronomásticas – combinação de palavras que apresentam semelhança fônica. Tentamos buscar pelo menos dois exemplos que não tivessem o mesmo sufixo da palavra motivadora do exercício, ou pelo menos o sufixo com sentido/significado diferente.

Educação

– associação semântica: sapiência, conhecimento, instrução;

– associação morfossintática: educar, educado, educacional. Neste caso, buscamos a raiz latina *duc-*, opacificada pelo tempo em palavras como: induzir, produção, duto etc.;

– associação fonética: pressão, anão, cão.

Ferrovário

– associação semântica: aerovário, rodovário, marítimo;

– associação morfossintática: ferreomodelismo, férrea, ferrovia. Neste caso, também buscamos a raiz latina *ferr(i/o)* - ferrugem, ferramenta, ferrolho etc.;

– associação fonética: canário, Mário, documentário.

Cafezal

– associação semântica: sinônimos: cafeiral, cafelana. Co-hipônimos do heterônimo plantação: bananal, arrozal, laranjal, canavial;

– associação morfossintática: cafeteira, cafeicultor, cafeína; por a palavra ter sua origem no árabe e no turco, conforme Houaiss (2001), não há uma raiz opaca em outras palavras portuguesas, ou seja, todos os derivados da raiz *café*, oxítone, contém a palavra bem clara em sua composição ou derivação, e dependendo da derivada, há uma consoante ou vogal de ligação;

– associação fonética: angelical, equatorial, boreal.

13) No exemplo indicado no texto, há várias relações de hiponímia da palavra *boi* e de suas subseqüentes associações. Segundo Dubois (2001),

O termo *hiponímia* designa uma relação de inclusão aplicada não à referência, mas ao significado das unidades lexicais em questão. Está ligado à lógica das classes: assim, *cão* mantém com *animal* certa relação de sentido; [...] as relações de inclusão são complexas; de certa forma, quanto maior é a extensão de conjunto, tanto mais inclusivo ele é. Assim, *animal* é mais inclusivo que *cão* no que toca à classe dos referidos (animal aplica-se a gato, coelho etc.), mas *cão* é mais inclusivo que *animal* no que toca aos traços de compreensão (cão tem todos os traços de animal, mas animal não tem todos os traços de cão) (DUBOIS, 2001, p. 324)

Analizamos as sugestões, e chegamos às conclusões a seguir (sem o gráfico comparativo indicado):

Boi

- co-hipônimos: vaca, touro;
- derivação por extensão de sentido: utiliza-se o boi para arado > transporte > carro;
- relação metonímica/metafórica: utiliza-se o boi para trabalho, o boi é manso – mansidão.

Árvore

- sinônimos: arbusto, pau (angolismo);
- derivação por extensão de sentido: árvore genealógica > ramificações > subdivisões;
- relação metonímica/metafórica: utiliza-se a árvore para produzir frutos, frutífero, frutificação, origem da vida.

Casa

- sinônimos: domicílio, lar, habitação, moradia;
- derivação por extensão de sentido: lar > pátria > nação > cidadã;
- relação metonímica/metafórica: utiliza-se a casa para se morar, permanecer, aconchego, cuidado, proteção.

Pão

- co-hipônimos: bolo, torta, massa;
- derivação por extensão de sentido: pão de cada dia > sustento > trabalho;
- relação metonímica/metafórica: utiliza-se o pão como alimento > nutrição, essência.

14) Podemos afirmar que o fenômeno observado na palavra “famigerado” ocorre em outros vocábulos de nossa língua. Há muitas palavras que, ao estudarmos profundamente e pesquisarmos sobre sua etimologia, levam-nos a encontrar algo inesperado. Por exemplo, a preposição “de”, que em Latim significa “afastamento”: como explicar o verbo aproximar-se, cuja regência é formada pela preposição “de”? Quem se aproxima, aproxima-se de algo ou de alguém; se observarmos literalmente a oração formada por este verbo traz um paradoxo, já que nada ou ninguém consegue aproximar-se e se afastar ao mesmo tempo.

Com base na leitura do texto “Semântica e Pragmática”, de Mexias-Simon, fazemos uso do exemplo citado: “tratante” – palavra que sofreu transformação semântica: etimologicamente seria o particípio presente do verbo tratar: “aquele que trata”. Segundo Houaiss (2001): *lat. tractans,antis, part.pres. de tractâre 'arrastar, dilacerar; tocar, manusear; preparar, trabalhar; praticar, satisfazer, cumprir; dirigir, conduzir; tratar (uma pessoa), tratar (um assunto)'*. Entretanto, o sentido pejorativo já se tornou a principal acepção da palavra, que passou a designar “aquele que trata de qualquer assunto ou negócio *ardilosamente*, que age como velhaco” ou “aquele que trafica ou faz negócio”.

Outro exemplo interessante para ser citado foi anotado durante as aulas do curso de filologia românica, ministrado por Bassetto: a palavra “rival”. Etimologicamente, sua origem teria sido rivus > rius > rivalis, com a acepção de ser, no latim, “o cidadão que mora em volta, na beira do rio”. No português, alterou-se o sentido para oponente e/ou inimigo. A filologia pode explicar o porquê: os rios eram pequenos e os ribeirinhas (habitantes das margens dos rios) lutavam e competiam pela água, insuficiente para o abastecimento de todos.

15) ASSERTIVAS ESCOLHIDAS:

“Uma variedade linguística vale o que valem na sociedade seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações sociais.”

Como salienta Gnerre (1994) na introdução de seu livro, a assertiva citada é válida quando pensamos nas diversas variantes internas de uma mesma língua, e também na falsa ideia de “prestígio” que algumas línguas possuem, devido ao poder econômico e político dos países em que essas línguas são faladas. É o caso do inglês, considerado quase que uma segunda língua, uma verdadeira obrigação para quem deseja um posto de trabalho melhor remunerado. O interessante foi notar, nos últimos anos, uma crescente busca pelo aprendizado do chinês, motivada pelo crescimento econômico da China. Dessa forma, algo que outrora seria um curso para poucos interessados como estudantes de línguas em geral, passou a interessar outras esferas da sociedade por uma questão econômica, e não por uma valorização da cultura chinesa em geral. Trata-se de entender a língua como o acessório adequado para demonstrar mais ou menos *status*, como um carro novo ou um celular mais moderno, numa clara demonstração de preconceito social e econômico.

“A língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade.”

Em nossa opinião, essa segunda assertiva escolhida também é correta, pois consideramos que a língua dos gramáticos, normatizada em regras e exceções que mais confundem do que explicam, é utilizada como instrumento de poder pela classe social dominante, que possui acesso à instrumentalização da norma culta, elegendo somente uma variante linguística em detrimento de todas as outras, e definindo o padrão linguístico-social: se as pessoas de outras classes ou grupos linguísticos não dominarem a tal forma padrão, serão excluídas e desconsiderar-se-ão as variedades de sua linguagem. Logo, a gramática torna-se instrumento de manipulação linguística para que a classe dominante exerça poder sobre as pessoas, caso elas não se enquadrem. Dacanal (1985) e Bechara (1989) compartilham a ideia de que o ensino da gramática normativa deva existir, contanto que sejam aceitas e respeitadas as variantes dialetais ou coloquiais, ou seja, que exista um padrão de adequação e aceitação quanto à utilização das várias modalidades que a língua pode oferecer. O ideal é perceber a língua como instrumento múltiplo de diversas variantes, que deveriam ser apresentadas igualmente a todos, mostrando-se quando são ou não adequadas e como podem ser utilizadas. Na verdade, observamos que as variantes trazidas à sala de aula pelos alunos são desprezadas, causando, claro, um distanciamento absurdo do falante com sua própria língua. Desprezam-se a oralidade e a gíria, como se apenas a norma escrita fosse aceita, e, na tentativa de alcançar o reconhecimento esperado, muitos professores tendem à hipercorreção, tornando a linguagem artificial e pouco atraente aos jovens alunos.

“Passar forçosamente as pessoas através de um túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as POSIÇÕES sociais e fornecer um mapa da estratificação social com alguns sinais relevantes para o reconhecimento de quem é quem.”

Consideramos esta assertiva válida e relevante, pois nela está presente o caráter pseudodemocrático de ensino e sua utilidade para manter controlados aqueles que seriam mais difíceis de serem domados. Na verdade, a preocupação com o ensino difundido por toda coletividade diluiu-se no fato de que esta não tem sua linguagem aceita e afirmada como tal, e a Educação serve para transformar os indivíduos em questão em pesso-

as mais eficientes e servis ao Estado, e não em ameaça. Trata-se de uma forma de mostrar a essas pessoas qual é o seu lugar e a quem elas devem respeitar, numa tentativa constante de manter-se o *status quo*, e não de transformá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [DOS ANEXOS]

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. 1 – História externa das línguas. São Paulo: Edusp, 2001.

BECHARA, Evanildo. 4. ed. *Ensino da gramática: opressão? liberdade?* São Paulo: Ática, 1989.

BOPP, Franz *Analytical comparison: of the sanskrit, greek, latin and teutonic languages, shewing the original identity of their grammatical structure*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

CÂMARA Jr. Joaquim M. *Dicionário de linguística e gramática*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARETTA, Elis A. C. *As criações lexicais estilísticas na obra poética de Carlos Drummond de Andrade.*, Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

DACANAL, José H. *Linguagem, poder e ensino da língua*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1985.

DUBOIS, Jean *et al. Dicionário de linguística*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. *Deutsches Wörterbuch*. Leipzig: S. Hirzel, 1936, 13 v.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, CD-ROM.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia. Semântica e pragmática. *VII Semana Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio: UERJ, 2004. In: <http://www.filologia.org.br/viisenefil/10.htm>. Acesso em: 25-06-2009.

_____. *Filologia*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2009. Disponível em:

http://ead04.virtual.pucminas.br/conteudo/chum/h2c0009a/03_orient_conteudo_1/centro_recursos/documentos/filologia.pdf. Acesso em: 25-06-2009.

NETO, S. P. S. *Manual de filologia portuguesa: história, problemas, métodos*. Rio: Acadêmica, 1952.

NETO, S. P. S.; MELO, G. C. *Conceito e método da filologia*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

TYLOR, Edward B. *Anthropology: an introduction to the study of man and civilization*. London: Watts, 1946.